

# O que é que o Congresso pode fazer?

Meryl Nass, médica

1. A Lei Internacional de Preparação para Pandemias, que foi inserida no NDAA de 2023 e aprovada em dezembro passado, páginas 950-967, provavelmente não foi lida pela maioria dos membros do Congresso, que podem não ter sabido que estava lá. Esta lei obriga o governo federal a cumprir a agenda global de biossegurança, o que, presumivelmente, significa o tratado pandémico da OMS e o Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e respectivas alterações. Dá instruções ao governo dos EUA para apoiar a GAVI, uma ONG de vacinas criada por Bill Gates. Há muitos aspectos preocupantes neste projeto de lei. O Congresso deveria, idealmente, revogá-la, mas, no mínimo, exercer uma supervisão e apresentar um relatório sobre a forma como está a ser implementada.

2. Revogar a Lei PREP de 2005, que permite a utilização de produtos experimentais em toda a população, potencialmente sem testes ou com testes mínimos, e retira a responsabilidade ao fabricante, ao governo, aos que efectuam as vacinações e a todos os envolvidos. (Esta lei nacional, que criou a Autorização de Utilização de Emergência, é necessária para que a OMS possa legalmente ordenar a utilização de medicamentos e vacinas não testados na população dos EUA, tal como especificado no projeto de tratado sobre a pandemia de outubro de 2023)

3. Revogar toda a legislação aprovada na sequência dos ataques com cartas de antraz em 2001, que permitiram a suspensão das protecções constitucionais em situações de emergência e financiaram esforços mal orientados de preparação para a pandemia. (Projeto Bioshield, etc.)

4. Incentivar os estados a revogar as Leis Modelo de Poderes de Saúde de Emergência do Estado e legislação semelhante, da autoria do Professor Lawrence O. Gostin, de Georgetown, ao abrigo de um contrato com a CDC, aprovadas pelos estados e que permitiram aos governadores governar por decreto durante emergências designadas.

5. Sair e retirar fundos à OMS - apoiar a HR-79.

6. Exigir a ratificação pelo Senado de todos os tratados com a OMS e outras agências da ONU. O RSI foi adotado nos EUA por "acordo executivo". De acordo com o Serviço de Investigação do Congresso, "um acordo executivo é **um tipo de tratado do ponto de vista do direito internacional...**", mas não requer o aconselhamento e consentimento do Senado. O Congresso deve exigir que as Emendas ao RSI, bem como o Tratado Pandémico, exijam a ratificação do Senado. **Simplesmente porque uma versão anterior deste tratado foi assinada por acordo do poder executivo, não há razão para que revisões maciças do tratado também escapem ao escrutínio do Senado.**

**De facto, no artigo 36º, o próprio tratado apela aos Estados Partes para que o ratifiquem.**

Isto é particularmente importante à luz do plano da OMS de ocultar as Emendas ao RSI negociadas ao público e a todos os estados-membros em janeiro, como exigido pelo RSI, e continuar a trabalhar nelas até que, potencialmente, tenham sido aprovadas pela Assembleia

Mundial de Saúde em maio. Nessa altura, presumivelmente, ficaremos a saber o que as nossas nações assinaram depois do facto consumado.

7. As negociações sobre as alterações ao RSI estão a ser conduzidas em segredo. Uma deputada sueca (Elsa Widding) desafiou o ministro da Saúde da Suécia a tornar as negociações transparentes ou a demitir-se. Algo do género poderia ser exigido à administração Biden.

8. Retirar todo o financiamento da OMS na lei de dotações para operações externas, como fez a Câmara no HR- 4665.